



Reunião de 21/04/2015

ATA N.º 10/2015

ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE NELAS, REALIZADA EM VINTE UM DE ABRIL DE DOIS MIL E QUINZE

---- Aos **vinte e um dias do mês de abril do ano de dois mil e quinze**, nesta Vila de Nelas e edifício dos Paços do Município, reuniu pelas dez horas, a Câmara Municipal de Nelas, em reunião extraordinária, sob a presidência do Senhor Presidente da Câmara, Dr. José Manuel Borges da Silva, estando presentes os Senhores Vereadores, Artur Jorge dos Santos Ferreira, Dr. Alexandre João Simões Borges, Dr. Manuel da Conceição Marques, Dr.^a Sofia Relvas Marques e Dr.^a Rita Alexandra Brito Ferreira Cardoso das Neves. -----

---- Registou-se a falta, considerada justificada, do Senhor Vereador Adelino José Borges Amaral. -----

JUSTIFICAÇÃO DESTA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

---- O Senhor Presidente da Câmara, Dr. José Manuel Borges da Silva, cumprimentou todos os presentes, declarou aberta esta reunião extraordinária marcada para este dia 21 de abril de 2015. A justificação da urgência desta reunião extraordinária era porque, no âmbito do Programa Aproximar, o Executivo foi contactado pela Presidência do Conselho de Ministros, que é quem está a gerir este processo e que referenciou ao Executivo que haveria necessidade de assinar estes acordos, os Memorandos com as CIM,s e com cada uma das Câmaras e depois os acórdãos relativamente à Loja. Portanto, a justificação da reunião era porque o Executivo tinha indicação de que iria acontecer a assinatura destes protocolos no dia 22 de abril de 2015, algures, não concretizaram o local e só no dia 20 de abril de 2015 é que o Executivo recebeu um ofício, via e-mail de Ana Amaral Tomás, da Equipa do Programa Aproximar, a dizer que será só dia 29 de abril de 2015, pelas 16 horas, em Leiria, onde estarão as quatro Comunidades Intermunicipais aderentes, Alto Tâmega, Oeste, Região de Leiria e Viseu Dão Lafões. Para além daquilo que foi falado em anteriores reuniões de Câmara, ele, Senhor Presidente, não podia deixar de trazer a reunião de Câmara esta questão do Programa Aproximar, assunto que tinha pedido à Senhora Vereadora Dr.^a Sofia Relvas Marques. -----

SITUAÇÃO FINANCEIRA

---- No dia 20 de abril de 2015 o total de disponibilidades era de 1.806.000,00 euros, sendo de operações orçamentais 1.680.073,05 euros e de operações não orçamentais 126.737,51 euros.

ORDEM DO DIA



Reunião de 21/04/2015

(74/20150421)1 – PROGRAMA APROXIMAR APROVADO PELA RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE MINISTROS N.º 55-A/2014, DE 15/9 E D.L. 74/2014, DE 13/5: DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DOS PROTOCOLOS RELATIVOS A:

A) MEMORANDO DE ADESÃO DO MUNICÍPIO DE NELAS AO PROGRAMA APROXIMAR;

B) INSTALAÇÃO E GESTÃO DA LOJA DO CIDADÃO DE NELAS;

C) INSTALAÇÃO DOS ESPAÇOS DO CIDADÃO DE NELAS, CANAS DE SENHORIM E SANTAR (UNIÃO DE FREGUESIAS DE SANTAR E MOREIRA)

---- Presentes o Memorando de Adesão do Município de Nelas ao Programa Aproximar, o Protocolo para a instalação e gestão da Loja do Cidadão de Nelas e o Protocolo a celebrar entre a Agência para a Modernização Administrativa e o Município de Nelas, os quais ficam anexos a esta ata (Anexo I), fazendo dela parte integrante. -----

---- O Senhor Presidente da Câmara afirmou que as três minutas foram enviadas aos Senhores Vereadores, a) Memorando de Adesão do Município de Nelas ao Programa Aproximar; b) Instalação e Gestão da Loja do Cidadão de Nelas; c) Instalação dos Espaços do Cidadão de Nelas, Canas de Senhorim e Santar. De seguida, pediu à Senhora Vereadora Dr.^a Sofia Relvas Marques para fazer um ponto da situação do que o Executivo foi fazendo neste assunto. -----

---- A Senhora Vereadora Dr.^a Sofia Relvas Marques cumprimentou todos os presentes e afirmou que, de acordo com a informação que já anteriormente o Senhor Presidente tinha dado em reunião de Câmara acerca do Programa Aproximar, o mesmo foi evoluindo em termos de reuniões com os vários Municípios. O Executivo considera que a coordenação ficou um pouco aquém em sede de CIM, mas o Senhor Presidente também já o manifestou, acabou por haver um desenvolvimento individual com os próprios Municípios e de acordo também com o que já tinha sido informado em anteriores reuniões, aquilo que o Executivo procurou lutar e argumentar, em termos de Espaço do Cidadão é que fossem autorizados três, em Nelas, Canas de Senhorim e Santar. Ainda que em termos de número de população relativamente a outras realidades do País, foi dito ao Executivo que ia ser muito difícil, mas o Executivo argumentou sempre pela lógica do desenvolvimento harmonioso do Concelho e das três Vilas mais fortes que requeriam desta necessidade efetiva do Programa Aproximar. Isso foi conseguido. No que diz respeito à Loja do Cidadão ela sempre esteve prevista ser criada na sede do Concelho, como acontece em todo o país cujos municípios têm uma dimensão que suportam mais do que uma Loja do Cidadão. Em relação à localização da referida Loja do Cidadão, o Senhor Presidente já irá, certamente, desenvolver mais esse ponto, mas ela foi concedida no sentido da Loja do Cidadão integrar o Espaço do Cidadão pela forma como está definida a sua constituição e no caso da Loja do Cidadão de Nelas, para além do Espaço do Cidadão vai integrar os outros dois serviços da Administração Central que os Senhores Vereadores viram no Protocolo, que foram negociados diretamente com a AMA e que é a Administração Tributária e os Serviços da Segurança Social. Nesta fase o Executivo não vai envolver qualquer tipo de negociação local com outros serviços, o espaço em si permite esse crescimento se assim for entendido como estratégico para o Concelho fazê-lo. Mas, neste momento, a Loja do Cidadão terá os serviços que foram decididos ter, o Espaço do Cidadão, a Administração Tributária e a Segurança Social. -----



Reunião de 21/04/2015

---- O Senhor Presidente afirmou que em relação ao Espaço, nos protocolos, para além do que a Senhora Vereadora Dr.^a Sofia Relvas Marques referenciou, o que está previsto, de facto, em termos de Loja do Cidadão para Nelas é a adesão da Administração Tributária e da Segurança Social, que é apontada no Anexo II como necessitando de uma área de 150 m² e da Segurança Social 100 m². Portanto, os Registos e o Notariado em Nelas não aderiram à Loja do Cidadão. Também, como os protocolos referenciam, a Loja do Cidadão permite depois no futuro uma série de outros serviços ligados, particularmente, á energia, ao fornecimento de energia, água e telecomunicações, à banca, aos correios, aos transportes, ao apoio institucional dos consumidores e aos empresários, portanto, é a cláusula 5.^a do Memorando relativo à Loja. O Espaço do Cidadão permite todo um conjunto de serviços que estão também elencados no Anexo I do Protocolo e que tem a ver com a Inspeção Geral de Trabalho, agora Autoridade para as Condições de Trabalho, ACT, a ADSE, multiplicidade de serviços, até pedir certidões paroquiais, propriedade intelectual, Porta 65, candidaturas, serviços partilhados do Ministério da Saúde, marcação de consultas, listar consultas, portanto, a era digital qualquer dia, naturalmente, a integração em rede, em termos digitais, permitirá isto tudo, os Serviços de Estrangeiros e Fronteiras, Caixa Geral de Aposentações, o IMTT, cartas de condução, Segurança Social, Instituto de Emprego, Modernização Administrativa, a Chave Móvel. Portanto, tudo isso, é um conjunto de serviços que levou o Executivo, no tempo devido, a simpatizar com a ideia de aderir a isto na ótica de valorização dos Serviços Públicos em Nelas e também de criar faixas de proximidade com Canas de Senhorim, Santar, portanto, com a parte poente do Concelho e com a parte norte do Concelho e achava que isso era muito importante. Em matéria de Espaço do Cidadão há condições para se poder avançar com o Governo no Espaço do Cidadão de Canas de Senhorim e de Santar, porque também está previsto efetuar protocolos com as Juntas de Freguesia relativamente a esta matéria. Portanto, as Juntas de Freguesia foram consultadas naturalmente sobre isto e estão em sintonia com o Executivo. Portanto, manifestaram o seu acordo, aliás, não podia ser de outra maneira porque é um serviço que valorizará muito esta política de proximidade. Achava que quanto ao Espaço do Cidadão era pacífico para todos, quer pelos serviços prestados, quer pelas Freguesias envolvidas, portanto, seriam as três Vilas do Município, que isso seria pacífico e de certeza que tem o acolhimento de todos. Em relação à Loja do Cidadão levantou-se a questão por parte do Executivo, a primeira hipótese que se colocou e que foi falado numa reunião de Câmara, que era uma mera hipótese e que o Executivo indicou à Presidência do Conselho de Ministros, seria a utilização, eventualmente, de um espaço no Edifício Central arrendado que permitisse, como contrapartida, também de um preço favorável do arrendamento, uma incubadora de empresas naquele local. Nas várias reuniões que foram acontecendo, eles nunca se manifestaram muito interessados nisto, aliás, no protocolo também resulta aí que a preferência é dada ao espaço público, não excluem o outro espaço, mas que haja um espaço público. O Executivo não ignora que há aqui uma lógica também financeira, de redução de custos, inerente a isto. Depois, o Estado deve pôr o Edifício das Finanças à venda e aquilo deve dar para apartamentos, tem que ser é depois adaptado a apartamentos. Há uma lógica financeira associada isto, o Executivo conversou e a premência que havia relativamente ao alavancar o Edifício Central e relativamente à própria incubadora de empresas, fruto do que foi sucedendo em termos de criação de emprego e da dinâmica que se foi estabelecendo,



Reunião de 21/04/2015

felizmente, neste período que poderia ser aproveitada esta questão da Loja do Cidadão para recuperar um edifício, também perante a pressão deles, recuperar um edifício que poderia ser um edifício Multiusos 2, este ao lado da Câmara onde está instalado o ABC, porque também como está referenciado no protocolo também há verbas do próximo Quadro Comunitário no sentido de recuperar espaços públicos para este serviço de proximidade. Portanto, o Executivo indicou, pressionado por eles, na última semana, com a indicação dos valores de renda. O Executivo indicou esse espaço, o espaço do edifício multiusos 2, em que pensaria o Executivo, era um espaço que fica na Rua Gago Coutinho, para a qual o Executivo tem expectativa de fazer um programa um dia destes e trazê-lo a uma reunião de Câmara, de revitalização desta rua. Vindo para aqui pessoas também se revitaliza o centro histórico de Nelas e também é mais gente neste espaço e que pode alavancar toda uma área de serviços e comércio na rua e o Executivo aproveitaria verbas que foram indicadas, que depois serão orçamentadas, que depois poderão chegar aos 500.000,00 euros, uma recuperação do edifício, que não é negligenciável. Portanto, se o Executivo poder aproveitar este espaço confinante à Câmara Municipal e à Rua Gago Coutinho e dotá-lo de todo um conjunto de acessibilidades como um elevador, uma valorização daquele espaço dos três pisos, portanto, o Executivo achou que poderia ser uma proposta interessante, não foi excluída por eles. O Executivo tem a noção de que o terceiro piso está todo ocupado pelo ABC. Antes de indicar esse edifício, o Executivo falou com os dirigentes do ABC, por intermédio do Senhor Vereador Artur Jorge Ferreira, os quais enviaram ao Executivo, depois de conversarem, o espírito foi sempre, visto que o ABC, com os seus 27 anos e todo o serviço que presta nunca poderia ficar prejudicado neste processo e, portanto, todo o interesse que existe por parte desta Câmara, de quem está a gerir a Câmara neste momento e de todas as Câmaras, é que o ABC cresça e valorize até as suas condições de funcionamento. Portanto, é pacífico, foi enviada uma proposta, foi feita uma precisão dessa proposta porque tudo o que está escrito nessa proposta já era o espírito daquilo que foi referenciado. Achava bem concretizar isso. Não tinha nada a opor aquilo que foi discutido pelo ABC, portanto, é no sentido do espírito do que está na proposta do ABC que o ABC não seja prejudicado neste processo, quer durante as obra e/ou no fim das obras, que o ABC tenha um espaço em dignidade, dimensão e centralidade, pelo menos semelhante àquele que tem atualmente e, portanto, o Executivo tem espaços disponíveis que durante terá que indicar e que dimensionar para esse fim, sem prejuízo também de não estar excluída a hipótese da recuperação do edifício e de ser reocupado por parte do ABC uma parte do edifício. No dia anterior a esta reunião de Câmara o ABC enviou uma proposta, o Executivo fez um aperfeiçoamento a essa proposta, uma alteração, que ele, Senhor Presidente, não tinha nada a opor. Relativamente ao valor da renda que o Executivo indicou porque nos termos do protocolado, as entidades públicas, a AT e a Segurança Social, pagarão uma renda. O Executivo indicou e tentou saber os valores em causa, para se situar mas, independentemente disso, fez uma estimativa do valor da renda com base no valor do edifício, considerando o valor de 240.000,00 euros do prédio, o que correspondia a 60.000,00 euros por piso, 400,00 euros o metro quadrado de construção, área útil, que é o preço de um prédio de blocos e é bem valorizado. O Executivo valorizou o edifício em 240.000,00 euros. Valorizou-se um valor de investimento de quatrocentos mil euros, financiado em 85.000,00 euros, portanto, caberia à Câmara 85%, caberia à Câmara 60.000,00 euros, portanto, estaria a falar de um valor do



Reunião de 21/04/2015

imóvel de 300.000,00 euros, com um prazo de amortização de 20 anos, que é o prazo de amortização normal para efeitos contabilísticos também, daria por ano um valor de 15.000,00 euros de renda, e por mês, 1.250,00 euros, a dividir pelos metros quadrados, daria 2,08 euros por metro quadrado e depois por referência ao edifício da Câmara Municipal, os custos mensais com energia, comunicações, gás, apurar-se-ia mais 2,00 euros, por referência, portanto, mais 2,00 euros. Portanto, o Executivo apontou uma renda, era mais 1,90 euros de custos associados à manutenção do edifício. Portanto, o Executivo estaria a apontar para um valor de renda de 3,98 euros, 4,00 euros o metro quadrado de renda, o que dá o total, 600 metros quadrados, 2.388,00 euros de renda, foi o valor indicado pelo Executivo, o que curiosamente estava de acordo com o valor de referência indicado por eles, que era de 4,00 euros. O Executivo indicou aquele edifício. Isto vai implicar também, segundo informação da Senhora Dr.^a Marta, que o Executivo tem aquele edifício indicado para o Julgado de Paz. Naturalmente, o Julgado de Paz nunca avançou, fruto também da reorganização judiciária que foi feita. O Juízo que está instalado no Município de Nelas já não é uma Comarca, já é um Juízo muito fragilizado, porque dos dois mil e tal processos ficou com menos de 500 e a Senhora Juíza já anda a marcar julgamentos para um mês depois. Portanto, essa questão do Julgado de Paz, por essa razão também, é outra discussão. Portanto, o Executivo, tendo a possibilidade de e foi essa a sua ponderação, que queria trazer também a discussão e ouvir as sugestões dos Senhores Vereadores, tendo a possibilidade de requalificar um espaço com um financiamento comunitário, valorizar este centro histórico de Nelas por via desta questão da proximidade era importante. Uma outra questão que também está em cima da mesa e que depois será vista, quer na Loja, Espaço do Cidadão, mas Espaço do Cidadão, porque as Lojas trazem os funcionários associados, como está no anexo, são 7 da Administração Tributária e são 4 da Segurança Social. Portanto, temos, pelo menos em termos de recursos humanos, garantida igual qualidade de prestação de serviços e o Executivo tem a possibilidade, ainda no Espaço do Cidadão, o que também está sancionado na Lei do Orçamento de Estado, de, mediante autorização, o Executivo admitir pessoas especificamente para garantir esse serviço, quer no Espaço do Cidadão, que na Câmara, ele, Senhor Presidente, não sabia se fazia sentido, depois se verá, mas, pelo menos, em Canas de Senhorim e em Santar, para onde o Executivo teria que, pois isto tem sempre associada uma formação profissional, dada pela AMA, depois o Executivo veria se nesses Espaços do Cidadão não se justificaria, de facto, há sempre a possibilidade, mediante autorização de dotar esses Serviços em Nelas, particularmente em Canas de Senhorim e em Santar dessa qualidade de recursos humanos. Em termos globais, com estes pressupostos, com esta pressão por parte do Governo, de implementação deste Programa Aproximar e sempre com o risco do encerramento dos Serviços, que é o pesadelo de qualquer político do Interior do País e não só, que é, fecha as Finanças, não fecha as Finanças, fecha a Segurança Social, não fecha a Segurança Social. Portanto, se isto puder acabar com esse problema criando num espaço centralizado, por via da Loja do Cidadão, a mesma qualidade de Serviço, excelente e mais, estão a dar a possibilidade ao Executivo, o que também corresponde ao seu compromisso eleitoral, de em termos de políticas de proximidade, o Executivo aproximar os Serviços das populações e são uma série de serviços enormíssimos. Naturalmente, no Espaço do Cidadão de Canas de Senhorim e de Santar haveria muitos serviços municipais que hoje estão no Balcão Multisserviços. -----



Reunião de 21/04/2015

---- A Senhora Vereadora Dr.^a Sofia Relvas Marques afirmou que tudo isso vinha descrito no protocolo. O Espaço do Cidadão a criar em Canas de Senhorim e Santar tem essa figura do mediador digital porque, em última análise, a finalidade com tudo isto é aumentar o número da população que acede digitalmente aos Serviços da Administração, seja ela Local, seja ela Central, e tem essa função e que é uma função muito importante porque as pessoas não podem ficar marginalizadas dessa evolução e são poucas aquelas pessoas que em casa sozinhas se aventuram a submeter um simples pedido seja do que for. Aliás, o Senhor Vereador Artur Jorge Ferreira há-de saber, ao tempo que já é obrigatório tanta coisa por via do Serviço da Administração Tributária e quantas pessoas ainda recorrem aos Técnicos Oficiais para os ajudar. Portanto, é, essencialmente, uma mediação digital para fomentar, cada vez mais, a interação com a Administração de forma digital, mas, sim, terão acesso a um conjunto vastíssimo de serviços que hoje têm no Balcão Único da Câmara Municipal. -----

---- O Senhor Presidente afirmou que o Executivo também já tem esses serviços em termos digitais no site, progressivamente, na modernização administrativa, mas que seria aproveitado nas Freguesias de Canas de Senhorim e Santar para, tendo os meios informáticos, de alguma maneira também descentralizar, fazer o Executivo internamente um Programa Aproximar. ----

---- A Senhora Vereadora Dr.^a Sofia Relvas Marques afirmou que isso vinha no sentido de outros projetos que o Executivo está a tentar negociar com a CIM. -----

---- O Senhor Presidente afirmou que os pressupostos são estes, três memorandos, um memorando global, um memorando da Loja do Cidadão, por 10 anos, e um memorando do Espaço do Cidadão por 2 anos e seguintes. De seguida, deu a palavra aos Senhores Vereadores. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques agradeceu ao Senhor Presidente por lhe ter dado o uso da palavra. Afirmou que no protocolo da instalação e gestão da Loja do Cidadão em Nelas consta que o protocolo vai ser outorgado entre o Município, a Autoridade Tributária e Aduaneira e Instituto da Segurança Social, IP. A pergunta concreta e objetiva que queria ver esclarecida era a seguinte, com a assinatura deste protocolo, corremos, ou não corremos o risco das Finanças e da Loja da Segurança Social ser encerradas? -----

---- O Senhor Vereador Artur Jorge dos Santos Ferreira cumprimentou o Senhor Presidente. Afirmou que a sua situação nesta reunião de Câmara era um bocado complicada, ou muito complicada até porque tinha as três partes. Tinha a parte de Vereador, tinha a parte das Finanças e tinha a parte do ABC. Não lhe faltava mais nada. Começava por perguntar ao Senhor Presidente, como a Senhora Vereadora estava a falar nessa situação do Espaço do Cidadão, se em relação as instalações o Executivo já tem alguma perspetiva de onde vão ser feitas, quer em Santar, quer em Canas de Senhorim, se vão ser chamadas também as Juntas de Freguesia a ter uma palavra na sua localização e quanto aos funcionários, em Canas de Senhorim há funcionários da Junta, ou se podem ser outros funcionários a irem para lá mediante a formação que irão ter, se o Executivo tem alguma perspetiva nesse sentido. Depois, passando para a Loja do Cidadão, começava por afirmar que ainda bem que o Governo tomou esta decisão, que no início, com a Troika, era para fechar, pelo menos as Finanças, que ele conhecia, era para fechar cerca de 50% dos Serviços de Finanças, encerrar mesmo, portanto, ia para a Loja do Cidadão só um front office, portanto, seria assim que estava determinado. Entretanto, deixaram a Troika ir embora e pelo protocolo que está em



Reunião de 21/04/2015

cima da mesa desta reunião de Câmara e pelas informações que ele foi tendo, é uma reorganização em que se mantém o serviço de finanças com as competências que estavam expressas no protocolo e era nesse sentido que queria também salientar essa situação que era importante. Claro que a Câmara não tinha nenhuma certeza do futuro, nem ele tinha, mas há cláusulas previstas no protocolo e se houver alguma situação que não se concretize no protocolo, a Câmara pode renunciar o contrato e depois os serviços que estiverem, até indo ao encontro daquilo que disse o Senhor Vereador Dr. Manuel Marques, era importante que se fique salvaguardado, era importante que se tenha isso presente, a partir do momento que se note que existe alguma diminuição das competências e dos serviços que vão, tanto das Finanças, como da Segurança Social, pois basicamente são esses, que a Câmara tome posição para que isso não aconteça e utilizar todos os mecanismos que estejam ao seu dispor para que isso não aconteça. Depois, falando da parte das Finanças, portanto, aquilo que está no protocolo e por aquilo que ele já disse, não vai haver alterações significativas a não ser a deslocação. Já tinha falado com o Senhor Presidente e o único problema que havia era em termos do arquivo, pois o Serviço de Finanças tem um arquivo significativo e muito procurado pelas pessoas porque há pessoas que querem saber, realmente, quais serão os bens daqui a uns 30, ou 40 anos e é importante manter esse arquivo porque se não vai demorar tempo porque vão para Lisboa e tem que ser digitalizado. É nesse espaço que é o problema. Em relação à localização da Loja do Cidadão ele entendia a posição da Câmara enquanto Vereador agora e que se calhar é uma opção correta porque existe aquele espaço que é preciso reabilitar e aproveitar para essa situação para fazer a reabilitação do espaço porque podia ser noutro espaço qualquer, mas isso é opção do Executivo e a única dificuldade que ele via era em termos de estacionamento para as pessoas, tem que se salvaguardar, temos uma Avenida para estacionar mais é um bocado longe e sabia como é que o problema do estacionamento ia ser complicado. De resto, a localização dos serviços todos, ou pelo menos falta o Registo e o Notariado, pois quem paga mais renda é que não vem para cá, não sabia como é que isso era possível. Não se compreende porque não estão também ali até porque era importante as Finanças e o Registo estarem lado a lado pois por vezes há situações que se podem compor de um momento para o outro só com uma palavra e vão continuar as mesmas situações e quem é advogado nesta praça sabe qual é a dificuldade e o seu entendimento no Registo e no Notariado. A localização tem um ponto que é a parte do ABC, que ele não ia trazer para esta reunião de Câmara porque ia aguardar que o Senhor Presidente, ou os dirigentes do ABC tenham a liberdade para fazer uma reunião futuramente para ver essa situação em concreto. No dia anterior a esta reunião de Câmara houve uma reunião do ABC porque também não lhe cabia a ele só, Vereador Artur Jorge Ferreira, decidir, até porque havia um protocolo já assinado e era para saber quais eram esses moldes. Nessa reunião estiveram presentes 23 pessoas e foi decidido fazer, não é alterações, porque estão lá focados em cima, mas é, pelo menos o aperfeiçoamento desses pontos que lá estão. Não há-de ser por parte do ABC, como ele também já disse, que o Município de Nelas não terá uma Loja do Cidadão se for naquele espaço. Depois só terá de haver consenso só da questão da sede e com certeza que chegarão a esse consenso. Em relação à sua parte de Vereador, como ele já disse, tinha que se partir para aquele princípio e aquilo que ele via ali era só mesmo a localização ser aquela, ou não ser. Não via que o Município de Nelas possa ficar de fora desse processo, já antes achava e



Reunião de 21/04/2015

continua a achar que era importante para o Município ter os Espaços para os Cidadãos cada vez mais juntos. Era uma oportunidade para o Município reconverter o espaço e até fazer algum valor, pois o espaço que está determinado é para fazer arrendamento e se os postos de atendimento colocados nesse espaço terão de pagar uma renda à Autarquia. Só punha mais uma situação ao Senhor Presidente, não sabia se havia possibilidade, ou se não, quando falou das Finanças e do edifício das Finanças, claro que o edifício não deixa boa memória a muita gente porque vão lá pagar, mas sendo o edifício que é e que quando foi feito no início, os blocos são todos feitos iguais, como apartamentos, não sabia até que ponto se houvesse uma verba que a Câmara pudesse adquirir, ou protocolar, para fazer habitações sociais, ou coisa parecida, que estivesse, por exemplo, na ideia do Senhor Presidente, ou da Câmara, uma questão de se saber qual eram os valores se estivessem interessados nesse sentido. -----

---- O Senhor Presidente afirmou que relativamente à questão do Senhor Vereador Dr. Manuel Marques, a resposta é, as Finanças e a Loja da Segurança Social não fecham, mudam de local. Relativamente à questão do Senhor Vereador Artur Jorge Ferreira, sim, as Juntas de Freguesia de Santar/Moreira e de Canas de Senhorim estão envolvidas, em princípio os Espaços vão ser nas sedes das Juntas de Freguesia. Era isso que estava indicado. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou que no protocolo, na cláusula 9.^a, que diz, O presente protocolo entra em vigor na data da sua assinatura sem prejuízo do disposto no n.º 4, da cláusula 6.^a. O presente protocolo vigora durante 10 anos, renovando-se automaticamente por períodos de 3 anos, salvo a denúncia de qualquer das partes com a antecedência prevista na cláusula 21.^a. Na cláusula 21.^a diz que é 3 anos. Será que isto não é mesmo para nos fechar isto e ao fim de 3 anos eles denunciam o protocolo? Não será aqui uma jogada de mestria dos Senhores políticos do Poder Central para, de uma forma habilidosa encerrar os serviços? Ao fim de 180 dias vêm dizer que não o renovam automaticamente. -----

---- O Senhor Presidente respondeu ao Senhor Vereador Dr. Manuel Marques que presumia a boa-fé dos governantes no sentido de que, de facto, toda a informação que foi dada ao Executivo e que está neste dossier, tudo o que consta do Decreto-Lei n.º 74/2014, que é uma Lei da República e tudo o que está protocolado não apontam e o Executivo não tem razões para pensar o contrário, não apontam para qualquer encerramento de serviços no Município de Nelas. Aliás, é dito até nas explicações que foram sempre dadas à Câmara e à CIM que isto é feito mesmo no sentido de evitar o encerramento de serviços de proximidade e, portanto, a opção que se colocou também à Câmara foi, ou aderimos a esta alternativa que nos foi colocada em termos institucionais pelo Governador da República, ou, se não aderimos, ficamos também com a responsabilidade de, não tendo aderido, a Administração Tributária passar para Mangualde. Portanto, entre ter a Administração Tributária e ter, quando se iniciou o mandato, que aliás havia uma carta da Senhora Dr.^a Isaura Pedro a pedir uma audiência à Senhora Ministra das Finanças porque havia a indicação de que ia fechar a Repartição de Finanças de Nelas, carta que ele, Senhor Presidente, renovou para uma audiência a que nunca lhe responderam, entre essa alternativa, ou ter uma Loja do Cidadão, ele acha que até estando a Administração Tributária aqui no centro da Vila até fica melhor do que no sítio onde está, que está completamente deslocalizado, que não alavanca ali negócio nenhum, não via ali economia nenhuma a funcionar. Tinha que presumir, como estava a presumir, sempre nos



Reunião de 21/04/2015

contactos todos, a boa-fé e a legislação da República que será reafirmada em termos futuros. Portanto, o Executivo também tem aqui a oportunidade, que ele, Senhor Presidente, acha que não tem alternativa e achando que não havendo alternativa, se isto é para manter os serviços com igual qualidade e quantidade e ainda com isso o Executivo poder recuperar um edifício e alavancar o centro histórico de Nelas. A instalação da Loja do Cidadão será feita quando houver condições físicas para isso, naturalmente. Portanto, vai haver depois um processo de candidatura das obras. Estando as obras realizadas, estando o serviço a funcionar, é assinado agora um contrato, um protocolo, mas no futuro nada é impossível, mas a perspetiva não é essa. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou que havia a mesma fé e a mesma disposição quando foi discutida a questão dos Julgados de Paz. Todos estavam recordados quando o Senhor Presidente desconfiou e o comunicado que fez a pôr em causa a criação dos Julgados de Paz e a extinção do Tribunal de Nelas aliás que depois, infelizmente, a nível nacional, todos os Tribunais foram alterados com a Reforma Judiciária. Felizmente, ainda bem que Nelas não ficou com uma secção mas ficou na mesma com um Tribunal e com um Juízo. O Senhor Presidente não teve nessa data essa mesma confiança de quem geria os destinos do País. A questão que levantava ao Senhor Presidente era a seguinte, será que neste protocolo não podia ficar clausulado que a AMA, que é quem vai outorgar o protocolo, mais a a Autoridade Tributária, mais o Instituto de Segurança Social, mantivesse sempre as competências para que cada um dos serviços e isso resultaria do protocolo porque estava muito receoso com isto, era sincero, aliás como o Senhor Presidente esteve receoso quando foi dos Julgados de Paz e que depois ele, Vereador Dr. Marques, também passasse e estar, pese embora tivesse votado favoravelmente, mas por aí é que ele influenciou para que as obras dos Julgados de Paz não avançassem ao ritmo que se pretendia e ainda hoje estão por avançar exatamente por esse receio que à posteriori surgiu na manutenção do Tribunal de Nelas. A questão que levantava era se neste protocolo não podia ser clausulado que se manteria sempre, mesmo com a transferência dos serviços para a Loja do Cidadão, mesmo com a transferência dos serviços para o edifício da Câmara Municipal se não ser aqui clausulado que eles garantissem sempre as mesmas competências que hoje têm, quer a Segurança Social, quer a Repartição de Finanças. Quanto à própria instalação na Loja, que não tinha falado sobre isso no edifício, a questão que ele levantava era a seguinte, todos nós sabemos das dificuldades da exiguidade que os serviços hoje têm no edifício da Câmara Municipal. Perguntava, se a Câmara não tem interesse e o Executivo não tem interesse em que esse serviços sejam remodelados, os Serviços Administrativos da Câmara, a Fiscalização, os Serviços Técnicos, para aquele edifício, que era, de facto, uma das ideias que no passado surgiu e que nós queríamos ver isso resolvido, pese embora também tivessem tido uma questão que nos preocupou bastante e que foi, de facto, a cedência ao ABC pelo anterior Executivo anterior a 2005. -----

---- O Senhor Vereador Artur Jorge dos Santos Ferreira, em relação ao protocolo e a outras coisas, perguntou ao Senhor Presidente se já tinha alguma informação depois no concreto do funcionamento, se já foi abordado isso, portanto, em termos de horários, em termos de disponibilização desse espaço. -----



Reunião de 21/04/2015

---- O Senhor Presidente informou que um dos anexos tem os horários. -----

---- O Senhor Vereador Artur Jorge Ferreira afirmou que em relação aos horários, a Administração Tributária podia ter um horário e a Autarquia pode ter outro. -----

---- A Senhora Vereadora Dr.^a Sofia Relvas Marques afirmou que esses horários podiam ser negociados de acordo com as necessidades locais. -----

---- O Senhor Vereador Artur Jorge Ferreira afirmou que era nessa perspetiva também em termos de instalação efetiva da Loja do Cidadão. Questionou se o Executivo tinha alguma perspetiva para quando pretendia apresentar a candidatura. Também sabia que o Município de Nelas não tivesse aderido, situação com a qual ele não concordava, achava que deviam aderir, o Serviço de Finanças não ia para Mangualde neste momento. -----

---- O Senhor Presidente afirmou que estavam as questões todas levantadas, todas as preocupações levantadas. -----

---- A Câmara deliberou, por maioria, com cinco votos a favor do Senhor Presidente da Câmara, Dr. José Manuel Borges da Silva, e dos Senhores Vereadores, Artur Jorge dos Santos Ferreira, Dr. Alexandre João Simões Borges, Dr.^a Sofia Relvas Marques e Dr.^a Rita Alexandra Brito Ferreira Cardoso das Neves e uma abstenção do Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques, aprovar o Memorando de Adesão do Município de Nelas ao Programa Aproximar, o Protocolo para a instalação e gestão da Loja do Cidadão de Nelas e o Protocolo a celebrar entre a Agência para a Modernização Administrativa e o Município de Nelas para a instalação dos Espaços do Cidadão de Nelas, Canas de Senhorim e Santar. -----

---- O Senhor Presidente afirmou que o Senhor Vereador Dr. Manuel Marques protestou apresentar declaração de voto no prazo previsto. Ele, Senhor Presidente, queria também dizer em nome da Câmara e como declaração de voto, *que ele cria que expressava a vontade de todos os que aprovaram este Programa, que é as razões que resultaram da discussão e que, em suma, são maior proximidade, quer na Loja, quer no Espaço do Cidadão entre os Serviços e os cidadãos, particularmente, no que diz respeito aos Espaços do Cidadão, conceder às populações de Canas de Senhorim, Lapa do Lobo, das Freguesias de Canas de Senhorim, da Lapa do Lobo, de Carvalhal Redondo e Aguieira, alternativas e até maior proximidade relativamente à prestação deste serviços em termos digitais assistidos, a mesma coisa se verifica relativamente a Santar/Moreira, particularmente essa população. E também todas as vantagens associadas a uma Loja do Cidadão que nos dão a garantia de que no Município de Nelas, com a mesma quantidade e qualidade, os Serviços de Finanças, de Segurança Social, de Registo e Notariado e não estavam ali referenciados, mas também os associados ao Ministério da Agricultura, que se prestam no Centro de Estudos, se manterão no Município de Nelas, confiando nós de que com esta política do Governo no Programa Aproximar, que está regulamentada no Decreto-Lei n.º 74/2014, o Governo cumprir, de facto, em termos futuros, a manutenção destes serviços no Município. Dizer também que assim é considerado pela Associação Nacional de Municípios num parecer que emitiu relativamente a este Programa Aproximar. Portanto, era por estas razões, em suma, aproveitando também a ocasião para recuperar um edifício no centro histórico de Nelas nesse sentido.* Ele, Senhor Presidente, propunha, ainda que neste ponto e como Compromisso da Câmara, associado a este ponto, que ficasse inscrito no final deste ponto, apesar da aprovação do mesmo, que a Câmara de Nelas: -----



Reunião de 21/04/2015

----- *Considerando o interesse público do Programa Aproximar, que poderá levar á instalação de uma Loja do Cidadão e de um Espaço do Cidadão no Edifício Multiusos 2, sito na Rua Gago Coutinho, em Nelas;* -----

---- *Que para o efeito terá que ser feito um investimento na requalificação do espaço, requalificação essa que será financiada em 85% pelo PT 2020;* -----

---- *Que tal requalificação poderá implicar a desocupação do edifício durante as obras e a sua ocupação total, posterior pelos Serviços, também o interesse público da atividade do ABC de Nelas na prática do desporto, em particular dos nossos jovens, o que faz com excelência nos últimos 27 anos.* -----

---- *A Câmara Municipal de Nelas, em reunião do dia 21 de abril de 2015, reunida e associada a este ponto, assume o compromisso de, quer durante as obras a realizar, quer após as mesmas, assegurar um espaço digno na Vila de Nelas que seja acordado com a Associação ABC de Nelas, ali instalada, com semelhante centralidade, dimensão e segurança para que o ABC possa continuar o desempenho da sua atividade, espaço esse que será consensualizado, por mútuo acordo, com a mesma associação.* -----

---- *A Câmara garante que a saída do ABC da atual sede apenas será efetuada para a celebração das obras quando o novo espaço da sede estiver em condições que forem acordadas com a Associação.* -----

---- *A Autarquia assegura o ressarcimento dos valores suportados pela Associação nas obras da atual sede, bem como todas as despesas necessárias ao pleno funcionamento do novo espaço da sede social do ABC de Nelas. Evidentemente ressarcimento de valores que depois serão também conversados e evidentemente valorizados e documentados como é próprio.* ----

---- *A Autarquia compromete-se a aceitar que a Associação opte pelo regresso á atual sede se naquele espaço não vier, ou deixar de funcionar a Loja do Cidadão no Edifício Multiusos 2. Também, naturalmente, terá preferência evidente.* -----

---- *A Câmara celebrará novo protocolo com o ABC nos mesmos moldes e teor do protocolo aprovado em reunião de Câmara de 11 de abril.* -----

---- *Portanto, ele, Senhor Presidente, afirmou que como era um compromisso, não foi bem um ponto, perguntou aos Senhores Vereadores se algum se opunha a que no final deste ponto específico da Ordem do Dia, que fique esta deliberação da Câmara, ou este compromisso da Câmara relativamente ao ABC, para que também o ABC assim sinta segurança relativamente a todo este processo, a que isto fique consignado em deliberação em ata?* -----

---- *O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques afirmou que se ausentava da reunião pelo facto de ser sócio do ABC e que o Senhor Presidente sabia como é que essas coisas funcionavam.* --

---- *O Senhor Presidente afirmou que também era sócio do ABC e que quando a Câmara estava a aprovar um subsídio para qualquer associação de que os Membros da Câmara são sócios, quando a Câmara estava a assumir um compromisso financeiro de dar um subsídio a uma associação de que os Membros da Câmara são sócios e há muitas, felizmente, todos correm esse risco. Portanto, ele, Senhor Presidente, apesar de ser sócio, já tinha entendido as razões do Senhor Vereador Dr. Marques. Disse ao Senhor Vereador Dr. Marques que este texto foi-lhe proposto na noite anterior a esta reunião de Câmara pelo próprio ABC, portanto, na sequência de uma minuta que o ele, Senhor Presidente, enviou ao ABC. Presumem também todos, quer a Câmara, quer o ABC, que são pessoas de boa-fé e bem-intencionados*



Reunião de 21/04/2015

como não podia deixar de ser, atenta a valia e o valor. Portanto, fica consignado em ata que se ausentou da reunião o Senhor Vereador Dr. Manuel Marques, invocando que por ser sócio do ABC não se quer comprometer relativamente às responsabilidades que a Câmara vai assumir. Foi entendimento do Senhor Presidente daquilo que o Senhor Vereador Dr. Manuel Marques verbalizou. Fica consignado então em ata que o Senhor Vereador Dr. Manuel Marques verbalizou que por ser sócio do ABC entende que poderá haver algum impedimento entre a assunção das responsabilidades assumidas pela Câmara e a sua condição de sócio, sendo que o que é proposto encerra um conjunto de garantias por parte do ABC, que ele, Vereador Dr. Marques, não está em condições de assumir como sócio do ABC, acrescentando ainda que considera exageradas as garantias solicitadas pelo ABC. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques afirmou que não foi isso que ele tinha dito. Era a palavra digno, que o Senhor Presidente estava enganado. Este digno era subjetivo. -----

---- O Senhor Presidente afirmou que o Senhor Vereador Dr. Manuel Marques fará chegar então, no tempo que entender, uma justificação para esta aparente incongruência relativamente a esta questão. -----

---- **O Senhor Vice-Presidente da Câmara, Dr. Alexandre João Simões Borges agradeceu ao Senhor Presidente por lhe ter dado o uso da palavra e aproveitou para cumprimentar todos os presentes, disse que subscrevia, na plenitude, esta proposta, mas que para tal teria de dirimir uma pequena dúvida. Quando a Autarquia dizia que assumia todas as despesas necessárias ao pleno funcionamento do novo espaço se era até ele entrar em funcionamento? Perguntou se era isso. A Câmara não estava ali, obviamente, depois a assumir pagamentos de água, luz e outros. Se assim fosse subscrevia a proposta.** -----

----- O Senhor Presidente leu parte da proposta atrás descrita e afirmou que sim, que eram as despesas necessárias à dotação do espaço para que pudesse funcionar. -----

----- O Senhor Vereador Artur Jorge dos Santos Ferreira afirmou que neste ponto, além de sócio era Presidente do ABC, também era essa situação que ele queria colocar ao Senhor Presidente, portanto, não iria votar esta proposta de deliberação mas podia dizer era que, portanto, o Senhor Presidente fez chegar ao ABC um acordo, uma proposta de deliberação em que terminava na primeira página, na mesma associação. Tudo foi aceite por parte da Associação. Os últimos quatro parágrafos já foram introduzidos pelo ABC, é uma questão que irá ser depois feita no protocolo aquilo que o Senhor Vereador Dr. Alexandre Borges estava a dizer, era mesmo isso, portanto, era aquilo que for, supondo que será dentro do edifício da Câmara, tem que tirar de lá aquilo, pôr lá aquilo, tem que se pintar, era só nesse sentido, pode ser de comum acordo, vai ser feito o protocolo e nesse protocolo vai estar tudo isso estabelecido. -----

---- O Senhor Presidente, dirigindo-se ao Senhor Vice-Presidente da Câmara, Dr. Alexandre João Simões Borges, afirmou que isto resultou de uma proposta de deliberação em que consta toda a primeira parte da primeira página foi proposto por ele, Senhor Presidente e enviado e conversado com o Senhor Presidente da Direção do ABC, portanto, em que já está o resto, em rigor, aquilo concretiza, de alguma maneira aquilo que já consta aqui. Portanto, é no espírito da Câmara enquanto instituição, naturalmente, nunca o ABC, bem pelo contrário, se o Executivo puder valorizar muito as instalações do ABC noutra local e se puder ajudar o ABC,



Reunião de 21/04/2015

até valorizar e melhorar um espaço de atividade, era evidente que, por todas as razões, pela própria atividade e por quem estiver na Câmara até politicamente tem tudo a ganhar em termos de política associativa e política desportiva, tem tudo a ganhar. Portanto, aqui quem fizesse o contrário e fosse contra o ABC estava a ir contra uma parede e, portanto, isso já resultava do espírito da proposta. -----

---- O Senhor Vice-Presidente da Câmara, Dr. Alexandre João Simões Borges, afirmou que queria frisar e ressaltar a abertura e a disponibilidade da direção do ABC, no fundo representante dos sócios, em colaborar com a Câmara nesta situação importante ainda para mais para valorizar um edifício que está no estado em que está neste momento e que será obviamente uma mais-valia para a Loja do Cidadão e para outras situações que possam servir no futuro. -----

---- O Senhor Presidente afirmou que se ausentou também da reunião, por ser Presidente da Direção o Senhor Vereador Artur Jorge Ferreira e que se tinha ausentado também da reunião, como já tinha sido referenciado, o Senhor Vereador Dr. Manuel Marques e então os quatro restantes Membros da Câmara continuam com poder para fazer consignar em ata este compromisso da Câmara Municipal de que, de acordo com o texto da proposta, será vertido e, portanto, qualquer alteração da situação do ABC será sempre consensualizada e naturalmente igualada, ou melhorada. Afirmou também que subscrevia as palavras do Senhor Dr. Alexandre Borges e lamentava que nesta Câmara quando se trata de dar garantias para valorizar e melhorar as condições de uma associação tão importante como o ABC se crie um incidente absolutamente inócuo e meramente formal para levantar uma dificuldade numa questão de tão relevante interesse municipal como aquela que aconteceu com um Vereador que, além de poder votar contra, a favor, ou abster-se, uma nova modalidade que tem é ausentar-se das deliberações em que tem dificuldade em assumir uma posição. -----

(75/20150421)2 – 1.ª REVISÃO AO ORÇAMENTO E ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO DE 2015 – (INSCRIÇÃO DO PROJETO “CONSTRUÇÃO DA ETAR DE NELAS III E SISTEMA INTERCETOR”): DISCUSSÃO E APROVAÇÃO

---- Presente a 1.ª Revisão ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano de 2015 – (Inscrição do Projeto “Construção da Etar de Nelas III e Sistema Intercetor”), o qual fica anexo a esta ata (Anexo II), fazendo dela parte integrante. -----

---- O Senhor Presidente afirmou que queria dizer aos Senhores Vereadores relativamente a este ponto para que o Executivo possa abrir os concursos de projeto relativos a esta obra que foi assim denominada pelo Ministério do Ambiente, “Construção da Etar de Nelas III e Sistema Intercetor”, portanto, é aquela etar de que já tinha falado em diversas ocasiões, mas tem a ver com uma etar cujo projeto está em execução e que tem que ser candidatada até ao dia 29 de maio, com um custo estimado e cujo caderno de encargos já foi enviado para a APA para ver se era aceitável a solução técnica que é indicada, cujo custo também estava ali orçamentado, rondará os 3,7 milhões de euros. Portanto, os projetos rondarão os 150 mil euros, quer o projeto da etar com esse dimensionamento de tratar todos os efluentes urbanos, para um equivalente de sete mil pessoas, quer os efluentes industriais de Nelas I e Zona Industrial do Chão do Pisco, era necessário fazer esta revisão porque depois em termos de apoio do PO SEUR não estando uma rubrica lançada poderia haver dificuldades no financiamento desta obra. Portanto, em questão de urgência e na próxima sexta-feira, na



Reunião de 21/04/2015

Assembleia Municipal, vai ser acrescentado este ponto. Portanto, é acrescentado um novo ponto ao PPI, às Grandes Opções do Plano, que é este 02-243-2015-49 - Construção da Etar de Nelas III e Sistema Intercetor, em que é lançado no ano de 2015, é anulada a 3.ª etar de Nelas, o valor, e é transferido para esta 895.000,00 euros, e cujo financiamento, no ano que vem, está carregado com 2.000.000,00 euros e depois em 2017 1.105.000,00 euros, portanto, isto é para abrir a rubrica do projeto. Terá de ser feito um estudo custo/benefício. O Executivo também já tem proposta para o custo desse estudo económico que é necessário fazer. Portanto, houve um chamamento, uma col, mesmo para o Município de Nelas, está numa situação de incumprimento e foi uma solução que o Ministério do Ambiente e o Ministério da Economia estão a ajudar o Município de Nelas a concretizar através deste programa operacional do ciclo da água. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques agradeceu ao Senhor Presidente por lhe ter dado o uso da palavra. Afirmou que felizmente temos um governo que não olha para a cor política dos Municípios. Quem não se recorda do Documento Estratégico que o anterior Executivo fez para abranger todo o Concelho de Nelas em que o Governo, designadamente a Senhora Ministra Dulce Pássaro apenas atribuiu 5% ao valor do investimento. Hoje o PSD e designadamente a pessoa do Senhor Vice-Primeiro Ministro Dr. Paulo Portas cumpriu. Cumpriu e está a financiar um projeto que não sabia se o valor era de três milhões de euros, ou quatro milhões de euros, porque parecia-lhe que tinha lido quatro milhões de euros, o Senhor Presidente diz que é que três milhões de euros, não sabia se a nota de imprensa estava correta, ou não estava. Mas o que é certo é que o Senhor Dr. Paulo Portas veio a Nelas, comprometeu-se e está a cumprir. No passado isso não acontecia. Portanto, queria louvar a atitude do Governo do PSD e do CDS pelo facto de não discriminarem as Câmaras do Partido Socialista. -----

----- O Senhor Vice-Presidente da Câmara, Dr. Alexandre João Simões Borges, agradeceu ao Senhor Presidente por lhe ter dado o uso da palavra. Afirmou que só queria dar uma pequena resposta ao Senhor Vereador Dr. Manuel Marques, em jeito até um pouco de brincadeira e que lhe permitisse fazê-lo nestes termos. Ainda bem que diz e que reconhece isso e ainda bem que o Governo decidiu apoiar uma situação que o Executivo herdou e que é preciso resolver porque, efetivamente, também lhe compete a ele Governo ajudar a resolver isso e ainda bem que não faz distinções. Também era o que faltava. Mas também só queria relembrar ao Senhor Vereador Dr. Manuel Marques uma situação que ele, Vice-Presidente, acompanhou de perto, quando na altura do Governo do Partido Socialista foram aprovadas duas candidaturas para remodelação e construção de quartéis aqui no Concelho de Nelas. O Executivo anterior disse na altura que do Governo do Partido Socialista tinha vindo zero euros para esses projectos, o que também é verdade, como agora também é verdade. O dinheiro vem do Orçamento da Comissão Europeia, quem define depois os programas em articulação com a União Europeia é o Governo que está em funções, como não podia deixar de ser. Portanto, era só para relembrar ao Senhor Vereador Dr. Manuel Marques que agora está a analisar a situação de maneira diferente, devia analisá-la da mesma maneira. Se no passado disse que não veio dinheiro nenhum do Governo e que o Governo não fez nada e quem fez foi a União Europeia, neste momento, ou fazia a mesma análise, ou então teria feito a análise que está a fazer agora, ou dizia as duas coisas em conjunto nas duas ocasiões, o que não deixa de ser também verdade. -



Reunião de 21/04/2015

----- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou que assumia o que tinha dito e que tinha sido um comunicado que saiu e que não foi assinado por ele, mas assume-o por solidariedade política. Dirigindo-se ao Senhor Vice-Presidente, afirmou que a questão não era essa, é que quando o anterior Executivo fez um documento estratégico para o saneamento de todo o Concelho chamado DEE – Documento de Enquadramento Estratégico, em que o anterior Executivo se candidatou ao Ministério do Ambiente e isso está cá na Câmara, para resolver o problema de todo o saneamento do Concelho de Nelas foi dado ao anterior Executivo 5% pela então Senhora Ministra Dulce Pássaro. -----

O Senhor Vice-Presidente da Câmara, Dr. Alexandre João Simões Borges, afirmou que não foi dado nada porque houve uma série de irregularidades. -----

O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou que já nessa data o dinheiro também não era do Governo do Partido Socialista, era da Comunidade Económica Europeia e por que carga de água é que só foi dado 5%, ou só queriam financiar em 5%, ao contrário de agora que foi 85%? Essa é que era a grande questão que estava a levantar. -----

O Senhor Vice-Presidente da Câmara, Dr. Alexandre João Simões Borges, afirmou que essa era fácil, o problema foram as candidaturas e a forma como elas foram feitas. Primeiro fizeram uma candidatura e não apresentaram o DEE, depois apresentaram o DEE e não havia, salvo o erro, disponibilidade orçamental e havia problemas na elaboração das candidaturas. Da leitura que tinha feito aos processos houve problemas na elaboração das candidaturas, primeiro porque não havia o DEE, que depois, efetivamente e aí reconhecia, deixou de ser preciso. Essa comparticipação do valor global que o anterior Executivo pretendia só foram apoiadas as candidaturas que estavam em condições de ser apoiadas, foi só isso. Não há candidaturas apoiadas em 5%. -----

---- O Senhor Presidente, dirigindo-se ao Senhor Vereador Dr. Manuel Marques, afirmou que ele, Senhor Presidente, também com todo o respeito e com toda a elevação, ele também não aceitava que agora durante este período se reescreva a história do Município de Nelas, se reescreva. O que está inscrito é que ele, Senhor Presidente, subscreve o elogio que faz ao Senhor Dr. Paulo Portas e ao Ministério do Ambiente e ao Governo, que tem reafirmado em vários sítios, reafirmou-o na Conferência da AZU, realizada no sábado, onde ele compareceu para dar as explicações que uma Câmara deve dar quando há um problema ambiental no Concelho e com toda a cooperação com uma associação ambientalista. Mas, evidentemente, que o elogio do Senhor Vereador Dr. Marques encerra, naturalmente e por isso o subscreve também, um elogio ao Presidente da Câmara e à Câmara Municipal, que trouxe o Senhor Dr. Paulo Portas a visitar o Concelho de Nelas a inteirar-se do problema e a assumir um compromisso de que ajudava o Município de Nelas a resolver o problema. Portanto, muito obrigado pelo elogio que estava a fazer também à Câmara e ao Presidente da Câmara que está inserto no seu elogio. Agora a história, o que está evidenciado nos últimos 4/8 anos não era nada daquilo que o Senhor Vereador Dr. Marques estava a dizer, sempre houve no POVT disponibilidade de apoiar o saneamento, aliás, no Município, Nelas, Canas de Senhorim, eram situações de incumprimento referenciadas como situações de incumprimento. Sempre houve 85% de apoio. O que lhe foi dito foi que nos últimos quatro anos havia 85%, seja 70% ou 85%, estão muito longe dos 5% e o prolema da constatação que ele, Senhor Presidente, trouxe



Reunião de 21/04/2015

na anterior reunião de Câmara com um processo de contraordenação em que o Município foi penalizado com 38.500,00 euros em dois processos resulta de um claro incumprimento por parte do Município que se ficou a dever à incapacidade que a Câmara manifestou nos últimos 4/8 anos para fazer uma única etar. Isso, quer se queira, quer não se queira, é absolutamente indesmentível e, portanto, a situação financeira do Município, desde logo, a iniciativa por parte dos Autarcas que estavam na Câmara por outro conduziram todo o processo político e de gestão no sentido de que não fizeram nenhuma etar que, ainda que com o elogio do Governo e do Senhor Secretário de Estado do Ambiente, vai começar a ser construída em Canas de Senhorim, dentro de um mês vai iniciar-se a obra em Canas de Senhorim para construir uma etar em Canas de Senhorim. Portanto, essa é que uma verdade indesmentível e ele, Senhor Presidente, com toda a tranquilidade que quer ter, achava que reescrever a história, dizer que a Dulce Pássaro é que só apoiou em 5% a resolução do problema das etar,s no Concelho de Nelas é completamente uma inversão da história e, portanto, não deixar, que passe a ficar escrito e dito que a Câmara anterior não resolveu o problema dos esgotos do Concelho de Nelas porque o Governo do Partido Socialista o não deixou resolver ele acha que é ofender a inteligência, é uma ofensa à inteligência de qualquer uma das pessoas que estavam presentes na sala e, portanto, por mais que o Senhor Vereador Dr. Manuel Marques faça o pino, o problema é que não foi resolvido e está a ser resolvido. De seguida, pediu ao Senhor Vereador Dr. Manuel Marques para, para ter calma e respeitar o Órgão. -----

---- A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a 1.^a Revisão ao Orçamento Municipal e às Grandes Opções do Plano de 2015 – (Inscrição do Projeto “Construção da Etar de Nelas III e Sistema Intercetor”. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques afirmou que era uma vergonha um Presidente da Câmara destes e questionou onde estava o Partido Socialista onde ele tinha militado há uns anos atrás e que apresentar declaração de voto por escrito. -----

---- O Senhor Vereador Artur Jorge dos Santos Ferreira afirmou, até porque o Senhor Presidente falou na situação da Conferência/Seminário/Reunião, que a AZU fez no sábado, ele, Vereado Artur Jorge Ferreira, esteve lá também no início, mas depois foi-se embora porque tinha outros afazeres e tinha que ir para o Pavilhão. Entretanto, foi-lhe chegando mais ou menos aquilo que se lá passou e a parte do Senhor de Beijós que falou achava que era importante a Câmara ter isso em noção e o Senhor Presidente da Câmara porque pode haver, não sabia como é que a etar ia funcionar, mas era importante articular com o Concelho vizinho essa articulação, principalmente com Beijós e já sabia que ia haver esse cuidado. Em relação à AZU só queria dizer que demonstrava bem a atitude que estava a ter a AZU em relação ao que fez nesse seminário. Convidou partidos políticos e depois, entretanto, esteve só lá naturalmente o Bloco de Esquerda, convidou os Senhores Deputados, mas os partidos políticos do Concelho foram esquecidos. Portanto, também não sabia qual era o interesse de virem Deputados ao Concelho, alguns vieram e nem sabia do que é que se tratava e alguns nem vieram porque não sabiam qual o assunto a tratar e achava que era importante, até porque andam sempre, quer com esta Autarquia, quer com a outra Autarquia, andaram sempre em contra poder e depois quando é preciso fazer alguma coisa não os chama para trabalhar em conjunto. -----



MUNICÍPIO DE NELAS
NELAS
VIVE

Reunião de 21/04/2015

---- O Senhor Presidente afirmou que o Senhor Vereador Dr. Manuel Marques apresentará no tempo regulamentar a sua declaração de voto. -----

(76/20150421)3 – AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DAS OBRAS E RESPETIVAS DESPESAS REFERENTE A:



Reunião de 21/04/2015

A) ETAR DE CANAS DE SENHORIM;
B) ETAR DE NELAS III E SISTEMA INTERCETOR;
NOS TERMOS DO ART.º 10.º/1, A), DA LEI N.º 43/2012, DE 28/08

---- Presente a informação interna n.º 2749, datada de 16 de abril de 2015, da Unidade Orgânica da Administrativa e Financeira/Recursos Humanos e Saúde, que a seguir se transcreve: -----

---- “Autorização para a construção da ETAR de Nelas III e Sistema Intercetor -----

---- A Lei n.º 43/2012, de 28/8, que criou o PAEL – Programa de Apoio à Economia Local, a que o Município de Nelas aderiu, dispõe: -----

---- Artigo 10.º -----

---- Outras obrigações -----

---- 1 - Os municípios que integrem o Programa I ficam obrigados a: -----

--- a) Submeter a autorização prévia da assembleia municipal, independentemente da sua inclusão no Plano Plurianual de Atividades, todas as novas despesas de caráter anual ou plurianual de montante superior ao menor dos seguintes valores: € 500 000 ou 5 % das despesas orçamentadas relativamente ao capítulo do classificador económico em que a mesma se integra, no mínimo de € 100 000; -----

---- Tendo havido a substituição do projeto a executar (Terceira ETAR de Nelas) e respetiva candidatura, é necessária a autorização prévia para a “Construção da ETAR III de Nelas e sistema intercetor” e respetiva despesa a realizar, para cumprimento da norma acima referida.

---- Quanto cumpre informar, à consideração V. Ex.ª” -----

---- O Senhor Presidente afirmou que, como os Senhores Membros da Câmara sabiam, existe anexo ao Plano Ajustamento Financeiro um conjunto de obras que o Executivo tem trazer à Câmara o pedido de autorização para outras obras que não aquelas que estão lá previstas e depois também levar este pedido de autorização à Assembleia Municipal e de seguida pedir autorização à Direção Geral das Autarquias Locais, que permitam ao Executivo fazer esta obra, que o Executivo tem a garantia que vai haver autorização porque há financiamento, há fundos disponíveis para isso. -----

---- A Câmara deliberou, por unanimidade, autorizar a construção da ETAR de Nelas III e sistema intercetor, nos termos e de acordo com a informação interna n.º 2749, datada de 16 de abril de 2015, da Unidade Orgânica da Administrativa e Financeira/Recursos Humanos e Saúde, atrás descrita. -----

---- O Senhor Presidente afirmou que o Senhor Vereador Dr. Manuel Marques votou a favor e no prazo regulamentar apresentará a sua declaração de voto. Pediu também à Senhora Secretária da reunião de Câmara para, em termos sintéticos, ler a minuta da ata para efeitos imediatos e para ser submetida na Ordem de Trabalhos da próxima reunião da Assembleia Municipal, que é na próxima sexta-feira, para, nos termos da lei, ser acrescentado um ponto à Ordem de Trabalhos, o que também é possível, porque é um Órgão deliberativo. -----

ENCERRAMENTO

---- Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Câmara deu por encerrada esta reunião extraordinária às onze horas e trinta e seis minutos, da qual se lavrou a presente ata



Reunião de 21/04/2015

que foi lida em voz alta por mim, _____,
conforme deliberação tomada na 1.ª reunião desta Câmara Municipal, realizada em 04 de
novembro de 2013, que a redigi, subscrevi e assino, tendo verificado a sua conformidade com
a minuta já aprovada e assinada. -----

O Presidente,

A Técnica Superior, responsável pela Unidade Orgânica Administrativa e
Financeira/Recursos Humanos e Saúde,
